



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

DIREITO

ISSN IMPRESSO 2316-3321

E - ISSN 2316-381X

DOI - 10.17564/2316-381X.2018v6n3p11-26

DOSSIÊ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

RESISTÊNCIA SOCIAL E CONTESTAÇÃO POPULAR AO GOLPE DE 2016 NO BRASIL: APORIAS A UMA ERA DE MEDIOCRIDADES E OUTROS INSULTOS

SOCIAL RESISTANCE AND POPULAR CONTEST TO THE 2016 SWELL IN BRAZIL: SUPPORTING AN ERA OF MEDIOCRITIES AND OTHER INSULTS

RESISTENCIA SOCIAL Y CONTESTACIÓN POPULAR AL GOLPE DE 2016 EN BRASIL: APORÍAS A UNA ERA DE MEDIOCRIDADES Y OTROS INSULTOS

José Celso Cardoso Jr.¹

Sérgio Roberto Guedes Reis²

RESUMO

Este texto é um desabafo contra o golpe de 2016 ocorrido no Brasil. Ele se inspira em mais de 550 textos assinados por milhares de cidadãos e cidadãs, brasileiros e brasileiras, estrangeiros e estrangeiras, que expressaram – entre fins de 2015 e meados de 2016 – toda a sua indignação frente à ruptura da ordem democrática em curso no país desde, sobretudo, a Constituição Federal de 1988. Neste sentido, foi concebido como mais uma forma de denúncia, resistência e contestação diante do

golpe, produzido em reconhecimento e agradecimento aos que tiveram a coragem cívica e o discernimento político para levarem a público tais manifestos pela democracia no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Golpe de Estado. Ruptura Democrática. Resistência Popular.

ABSTRACT

This text is an outburst against the coup of 2016 occurred in Brazil. It draws on more than 550 texts signed by thousands of citizens, Brazilian and Brazilian, foreign and foreign, who expressed - between the end of 2015 and the middle of 2016 - all their indignation at the rupture of democratic order in the country since, in particular, the Federal Constitution of 1988. In this sense, it was conceived as another form of denunciation, resistance and

contestation in the face of the coup, produced in recognition and thanks to those who had the civic courage and political discernment to bring such manifests to the public for democracy in Brazil.

KEYWORDS

State Coup. Democratic breakdown. Popular Resistance

RESUMEN

Este texto es un desahogo contra el golpe de 2016 ocurrido en Brasil. Se inspira en más de 550 textos firmados por miles de ciudadanos y ciudadanas, brasileños y brasileños, extranjeros y extranjeros, que expresaron - entre fines de 2015 y a mediados de 2016 - toda su indignación frente a la ruptura del orden democrático en curso en el país en el sentido de que se trata de una forma de denuncia, resistencia y contestación ante el golpe, producido en reconocimiento

y agradecimiento a los que tuvieron el coraje cívico y el discernimiento político para llevar a público tales manifiestos por la democracia en Brasil.

PALABRAS CLAVE

Golpe de estado. Ruptura Democrática. Resistencia Popular

1 INTRODUÇÃO

A crise política pela qual passa o Brasil desde, pelo menos, 2015, têm implicado em crescentes níveis de polarização e conflito nas esferas públicas. Concretamente, o processo de Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff constituiu motivação de primeira ordem para mobilizar a sociedade civil brasileira e internacional, no bojo de tensões sociais profundas sobre questões como o combate à corrupção, a defesa da Constituição e dos direitos e garantias ali insculpidos, as saídas para a crise econômica pela qual tem passado o país, bem como, em sentido mais abstrato, as concepções de desenvolvimento nacional que devem ser perseguidas pelas forças políticas. Com efeito, a expansão do acesso à Internet e, particularmente, às redes sociais, parece ter contribuído para a intensificação das clivagens de opinião entre os cidadãos, ao mesmo tempo em que permitiu a potencialização da capacidade de articulação dos mais variados atores políticos.

Esse contexto de polarização, em que pese expressar o recrudescimento das tensões sociais, tem possibilitado a emergência de expressivos contingentes de atores interessados em vocalizar suas concepções sobre o público e, principalmente, em defendê-las, de tal maneira a permitir com que observemos níveis expressivos de engajamento por parte da sociedade civil, e mesmo de cidadãos sem vínculos institucionais com organizações representativas de interesses.

Nesse cenário, para além do afastamento em si de Dilma Rousseff, eventos como a condução coercitiva do ex-Presidente Luis Inácio Lula da Silva pela Polícia Federal em maio de 2016, sua posterior condenação pelo juiz federal Sérgio Moro em 2017, e as medidas tomadas pelo governo golpista de Michel Temer – notadamente a extinção do Ministério da Cultura, a reforma do Ensino Médio e a nomeação apenas de Ministros homens, brancos e ricos, dentre muitos outros “episódios exóticos” – foram também circunstâncias que ensejaram ativa manifestação por parte de segmentos da sociedade civil brasileira e internacional.

É neste sentido que este texto se constitui num desabafo contra o golpe de 2016 ocorrido no Brasil. Ele se inspira em mais de 550 textos produzidos por organizações civis as mais diversas e assinados por milhares de cidadãos e cidadãs, brasileiros e brasileiras, estrangeiros e estrangeiras, que expressaram – entre fins de 2015 e meados de 2016 – toda a sua indignação frente à ruptura da ordem democrática em curso no país¹. Não por outra razão, ele foi concebido como mais uma forma de denúncia, resistência e contestação diante do golpe, produzido em reconhecimento e agradecimento aos que tiveram a coragem cívica e o discernimento político para levarem a público tais manifestos pela democracia no Brasil.

Para tanto, abordaremos neste espaço, como forma de compreensão do caráter multifacetado da participação popular na vida pública brasileira em tempos recentes, os manifestos supracitados, analisando-se, nas seções 2, 3 e 4, após esta breve introdução, tanto a pluralidade dos atores que, em oposição ao impeachment de Dilma Rousseff, expuseram seus pontos de vista sobre o cenário em questão, como, nas seções 5 e 6, os elementos que foram abordados para a promoção das defesas de posicionamento realizadas e que conteúdos e estratégias foram priorizados para tais manifestações. Ao final, na seção 7, tecem-se considerações finais à guisa de conclusão e alento.

2 NÃO RESTA DÚVIDA: É GOLPE!

O processo político-jurídico-midiático vivido no Brasil no biênio 2015 e 2016 vai entrar para a memória

1 O livro “Resistência e Contestação – A Sociedade Brasileira e a Comunidade Internacional contra o Golpe”, editado pela Fundação Perseu Abramo (2016), apresenta uma consolidação de 200 manifestos, notas e petições, selecionados dentre cerca de 550 documentos desse tipo que foram mapeados no primeiro semestre de 2016 tendo em comum a preocupação com a estabilidade democrática e institucional do Brasil. Trata-se de uma obra que capta, portanto, uma das formas de mobilização da sociedade civil mais tangíveis: abaixo-assinados, que sistematizam opiniões, interpretações e percepções de segmentos sociais sobre fatos públicos. São documentos que permitem a pesquisadores compreender como determinadas questões de repercussão nacional são encaradas por cada ator social em virtude de sua posição – profissional, de classe, territorial, de gênero, étnica etc. São, também, textos que nos permitem analisar como certos aspectos de relevo, como noções sobre democracia, Estado de Direito, corrupção e outros são conceituados por distintos sujeitos sociais.

do país (certamente não a memória oficial, mas a de milhares de cidadãos e cidadãs atônitos que têm vivido este processo!) como uma das maiores farsas e injustiças da história política das nações em todos os tempos.

No futuro, historiadores e cientistas sociais terão desvendado os mistérios e meandros desse que já é internacionalmente reconhecido como o processo mais fraudulento e antipopular da história política brasileira.

Fraudulento não apenas porque assentado em evidências píffias, fundamentos legais frágeis e condução processual enviesada, desde a origem, para a obtenção do resultado final desejado pelas lideranças do movimento pró-impeachment. Mas também porque revestido de atos milimetricamente calculados e movimentos intervenientes de parte importante dos poderes constituídos da República, tais como o Ministério Público da União (MPF), a Polícia Federal (PF), o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, dentre outros.

Além disso, foi a todo tempo instigado e manipulado por setores golpistas da grande mídia escrita, radiofônica e televisiva², além de empresários direta e indiretamente ligados ao rentismo financeiro e à superexploração do trabalho, e por novos segmentos da sociedade criados e alimentados de forma artificial por meio das redes sociais, tais como o Movimento Brasil Livre (MBL), Revoltados On-Line, Vem pra Rua etc., contando inclusive com financiamento internacional para suas ações³.

Além de fraudulento, o golpe de 2016 no Brasil tem também um caráter destacadamente antipopular. Antipopular não só porque orquestrado e implementado por parte das lideranças partidárias, econômicas, sociais e sindicais das mais conservadoras e rea-

cionárias, desde sempre presentes nas estruturas do Estado e do Poder no país, valendo-se há muito de seu peso e influência para enriquecimento pessoal ilícito e a construção e manutenção histórica de privilégios e benefícios particulares, mui distantes dos interesses verdadeiramente nacionais.

Mas ainda porque declaradamente intencionado a redirecionar a ação do Estado e das políticas públicas, em construção desde a Constituição Federal (CF) de 1988, numa direção que foi eleitoralmente rejeitada pela maioria da população brasileira por quatro vezes seguidas desde 2002. Com isso, vem promovendo e propagandeando, deliberadamente, um desmonte das capacidades estatais e dos instrumentos governamentais necessários ao desenvolvimento nacional, bem como uma perseguição e combate a direitos sociais da cidadania contemporânea.

Este golpe, portanto, não finda apenas o ciclo recente de redemocratização posto em curso na Nova República (1985 a 2015). Ele interrompe, *oxalá apenas temporariamente*, o ciclo longo de tentativa de construção do Brasil como nação livre, soberana e democrática.

3 O GOLPE É CONTRA A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO!

Histórias de construção e afirmação nacionais nunca foram nem serão lineares. Eivadas de avanços e retrocessos, todas elas estão marcadas por contradições inerentes a cada um dos processos particulares de desenvolvimento.

O caso brasileiro, portanto, não foge à regra. Linhas gerais, tal processo está marcado por fatos e fatores muito emblemáticos de nossa trajetória histórica. Sendo este um país construído sobre imensas heterogeneidades e desigualdades de vários tipos e dimensões, o seu processo civilizatório reflete a luta de classes e as diferentes formas pelas quais os grupos populares vêm lutando por igualdade, reconhecimento e pertencimento.

Do século XIX, pode-se destacar nada menos que a independência política formal em relação a Portugal, a abolição formal da escravatura como base do processo de acumulação capitalista no país e a pro-

2 De autoria do jornalista Paulo Henrique Amorim, nunca antes o termo PIG (Partido da Imprensa Golpista) fez tanto sentido.

3 Para mais informações ver a reportagem investigativa da Agência Pública: "Rede de think tanks conservadores dos EUA financia jovens latino-americanos para combater governos de esquerda da Venezuela ao Brasil e defender velhas bandeiras com uma nova linguagem": <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Esses grupos se aproveitaram das manifestações de junho de 2013, que se iniciaram com reivindicações por direitos (agenda do transporte coletivo em São Paulo até educação de qualidade), e acabaram criando um ambiente propício para cooptação desta energia política pela direita política acima mencionada.

clamação da República como coroamento do processo de independência política e início da disputa por um Estado verdadeiramente nacional, de pretensões universalistas, voltado à promoção do interesse geral e do desenvolvimento para o conjunto da população em toda sua extensão territorial.

Do século XX, deve-se dar destaque aos processos – ainda em curso – de autonomização industrial e tecnológica, de rápida e caótica urbanização, de intensa recomposição populacional no sentido campo-cidades, norte-nordeste ao centro-sul, e não menos importante, ao difícil e tortuoso processo de democratização do Estado, do (acesso amplo ao) mercado e da própria sociedade brasileira.

Como corolário desses 200 anos anteriores de construção nacional, o Brasil adentrou o século XXI de modo muito mais heterogêneo e complexo. No entanto, ao longo da década compreendida, sobretudo entre 2004 e 2014, delinear-se as grandes tendências de seu processo histórico de desenvolvimento neste século. Grosso modo, a ideia de um desenvolvimento nacional soberano, includente, sustentável e... democrático.

Portanto, o movimento de ruptura democrática e social que se encontra em curso no instante em que este texto é escrito, representa muito mais que um episódio adverso da conjuntura política. Trata-se, a bem da verdade, de um movimento conservador e reacionário (além de ilegal e imoral, posto não haver razões jurídicas nem de outra espécie para tal), proveniente de segmentos atávicos da sociedade brasileira, no sentido de promover não apenas uma ruptura constitucional por si só de gravíssimas implicações

político-institucionais a futuro, mas, sobretudo, uma ruptura do processo histórico de construção e afirmação da Nação que, duramente, sobretudo desde a Constituição de 1988, vinha buscando se afirmar no país, assentado nos valores supracitados da soberania; da sustentabilidade ambiental, produtiva e humana; da democracia como valor e método de governo; e da inclusão social e territorial com equidade, como objetivos maiores da sociedade brasileira.

É contra mais esse momento de ruptura democrática da vida brasileira que algo como 550 manifestos da sociedade civil e comunidade internacional foram identificados, apenas entre fins de 2015 e meados de 2016, posicionando-se e atuando em prol não apenas da restauração institucional do país, mas também em favor do fortalecimento do Estado de direito, dos princípios e valores republicanos e do processo histórico de construção e afirmação da vontade nacional popular, que já havia sido expressa eleitoralmente por quatro vezes seguidas neste século XXI.

Pelo Quadro 1 abaixo é possível ver que, por trás da elaboração de tais manifestos, há pessoas e personalidades de todas as classes sociais e de todas as grandes regiões do Brasil. Há signatários de praticamente todos os movimentos, organizações e entidades sociais, culturais, acadêmicas, religiosas, sindicais e políticas, amplamente representativos das virtudes e pujança do povo brasileiro. Fica cristalino, portanto, que o golpe de Estado havido no Brasil em 2016 é contra todos nós, e a favor apenas de uma elite política e empresarial minoritária, portadora de um projeto conservador e antipopular.

Quadro 1 – Perfil Resumido dos Manifestos Contra o Golpe e pela Democracia no Brasil

<p>Cidadania ativa, movimentos culturais, artístico, intelectual e demais coletivos contra o golpe</p>	<p>Movimentos sociais das periferias; assessorias técnicas em habitação de interesse social; frente antifascista pelas liberdades democráticas; movimento popular da economia solidária; rede em defesa da humanidade; ex- integrantes de comissões da verdade; economistas, estudantes e profissionais da área; maranhenses contra o golpe; carta aberta do campo de públicas; médicos pela democracia; médicos e médicas populares; trabalhadoras, trabalhadores e estudantes de enfermagem; assistentes sociais pela democracia; psicodramatas a favor da democracia; jornalistas brasileiros em defesa da democracia e dos direitos sociais; fórum nacional pela democratização da comunicação; blogs, selos e artistas contra o golpe; representantes do setor de tecnologia da informação; associação mundial de rádios comunitárias; cultura pela democracia; psicanalistas a favor da democracia; comissão nacional dos pontos de cultura; arte pela democracia na periferia; coletivo de profissionais do cinema; coletivo de profissionais do teatro; escritoras, escritores e artistas pela democracia; carta do hip hop brasileiro à democracia do Brasil; sambistas contra o golpe; profissionais da música unidos na luta pela democracia; intelectuais, artistas e advogados gaúchos; tricolores pela democracia; coletivo democracia corinthiana; manifesto ambientalista a favor da democracia; profissionais do rural pela democracia; articulação nacional de agroecologia; manifesto slow food; chefs de cozinha contra o golpe.</p>
<p>Movimentos sociais e entidades religiosas contra o golpe</p>	<p>Frente Brasil Popular (FBP); Frente Povo sem Medo; Fórum 21; Frente Ampla de Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Público pela Democracia; União Nacional dos Estudantes (UNE); União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES); Associação Brasileira de ONGs (ABONG); Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Oxfam Brasil; Instituto Pólis em defesa da democracia e do direito à cidade; Instituto Paulo Freire; Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES); Manifesto de Entidades Nacionais de Educação (Abdc, Anfope, Anpae, Anped, Cedes, Fórumdir); Fórum de Educação Popular (FREPOP); Manifesto dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil; Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); Entidades do Movimento Negro; Rede Quilombação (Raiz Movimento Cidadanista); Mulheres Negras pela Democracia e Contra o Golpe; Marcha Mundial das Mulheres; Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Movimento de Mulheres Camponesas; Movimento LGBT Unificado; Liga Brasileira De Lésbicas (LBL); Coordenação do Movimento Nacional de Direitos Humanos; Central de Movimentos Populares; Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis; Povos do Campo (Teia dos Povos); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Cáritas Brasileira (Comissão Pastoral da Terra – CPT, Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP; Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM); Ao Povo do Axé; Povos de Terreiro; Povos e Comunidades Tradicionais do Sul do Brasil; Manifesto de Evangélicos pelo estado de direito; Igreja Presbiteriana Unida do Brasil; Muçulmanas e Muçulmanos contra o golpe.</p>

<p>Organizações sindicais, associações, conselhos, conferências e classe política contra o golpe</p>	<p>Governadores do Nordeste; Prefeitos de Capitais contra o Golpe; Líderes Partidários e Dirigentes do PT, PMDB, PCdoB, PP, PSD e PROS; Militância do PSB; Nota Oficial do PDT sobre o pedido de Impeachment; Nota do PSOL - a saída é pela esquerda; Nota da Fundação Lauro Campos (PSOL); Comissão Política do PCdoB; Central Única dos Trabalhadores (CUT); Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF); Federação Única dos Petroleiros (FUP); Líderes de Sindicatos de Metalúrgicos, Químicos, Bancários, Comerciantes e Trabalhadores em Geral; Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (FISENGE); Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP); União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (UNICAFES); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES); Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP); Conselho Nacional de Educação (CNE); Fórum Nacional de Educação (FNE); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Conselho Federal de Psicologia; Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Conferência Nacional de Direitos Humanos; Conselhos Nacionais de Políticas Públicas; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Conselho Federal de Economia; Associação dos Docentes da Unicamp (ADUNICAMP); Associação de Docentes da UFRGS; Associação Brasileira de Antropologia; Associação de Linguística Aplicada do Brasil.</p>
<p>Mundo acadêmico e meio jurídico contra o golpe</p>	<p>Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Conselho Universitário da Universidade Federal do ABC (UFABC); Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação; Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Associação dos Docentes da USP; Manifesto dos Docentes do IFCH-Unicamp contra o golpe e o governo ilegítimo de Temer; Alunos do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp (IEL/Unicamp); Comunidade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG); Manifestação dos Professores de Antropologia da UNB em defesa da democracia e da cidadania; Professores e Professoras da UFBA em defesa da democracia e contra o golpe; Manifesto dos Professores Universitários do Vale do São Francisco em defesa da democracia e contra o golpe; Professores e Servidores da UFPB, UFCG, IFPB e UEPB; Professores, Educadores, Estudantes e Pesquisadores de Caruaru em Defesa do Restabelecimento do Estado de Direito; Comitê das Humanidades do Amazonas; Comunidade Acadêmica da Universidade Federal de Rondônia; Ato pela Democracia da Universidade Federal do Tocantins (UFT); Núcleos Temáticos de Estudos e Pesquisas da UFAL - Campus Sertão (Alagoas); Reitoria da Universidade Federal do Ceará (UFC); Colegiado do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará - Campus Sobral; Comunidade Acadêmica das Universidades Públicas do Mato Grosso do Sul; Professores da Universidade Federal de Santa Maria - RS; Coletivo de Estudantes da Universidade Mackenzie pela Democracia; Coletivo de Professores da Universidade Metodista em Defesa das Instituições Democráticas; Centro Acadêmico 22 de Agosto (Direito/PUC-SP); Conselho de Gestão e Políticas da PUC-Minas; Comunidade Acadêmica da PUC-Rio; Pesquisadores e Estudantes Brasileiros no Ex</p>

<p>Mundo acadêmico e meio jurídico contra o golpe (continuação)</p>	<p>terior; Professores Constitucionalistas; Carta Aberta dos Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UNB); Coletivo de Professores da Faculdade de Direito do Recife (UFPE); Comunidade Acadêmica da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Manifesto de Constituintes à Nação; Juristas em Defesa da Constituição e do Estado de Direito; Juristas, Advogados e Ex-Presidentes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Associação Juizes para a Democracia; Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA); Coletivo de Juizes Trabalhistas; Promotores e Procuradores do MP, MPF e MPT; Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADEP); Associação de Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia; Advogados e Advogadas em Defesa da Constituição, do Estado Democrático de Direito e da Justiça Social; Carta de Curitiba em Defesa da Democracia; Federação Nacional dos Estudantes de Direito.</p>
<p>Servidores públicos pela democracia e contra o golpe</p>	<p>Frente Ampla de Trabalhadoras e Trabalhadores do Serviço Público pela Democracia; Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União; Membros do Ministério Público; Manifesto das Defensoras e Defensores Públicos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito; Manifesto do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas; Policiais Antifascismo pela Legalidade Democrática; Trabalhadores do Banco Central contra o golpe; Auditores Fiscais do Trabalho e da Receita Federal do Brasil; Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE; Confederação Nacional de Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT); Federação Nacional de Assistentes Sociais; Manifesto do Conselho Deliberativo da Fiocruz em defesa da democracia e do estado de direito; Coletivo de Analistas Técnicos de Políticas Sociais em defesa da democracia; Professores de Institutos Federais de Ensino Superior (PROIFES); Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA); Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal (CONFETAM/CUT).</p>

Fonte: Cardoso Jr. e outros autores (2016). Elaboração dos autores.

A simultaneidade com que ambos os processos – o golpista e o democrático – popular – foram se dando no país, já demonstra que, apesar da enorme blindagem midiática e institucional construída como estratégia e tática do golpe, partes significativas e representativas da sociedade brasileira e da comunidade internacional não se deixaram levar pelo discurso farsesco dominante. Ao contrário, os segmentos da sociedade resumidamente identificados no Quadro 1 demonstraram não só imensa autonomia crítica e responsabilidade cívica, mas também enorme compreensão e discernimento acerca do momento trágico porque passa a nação brasileira.

Cientes do estado de ruptura ora vigente, das suas nefastas implicações para o futuro, mas também

côncios do respectivo peso e papel social e político que cada um dos coletivos aqui explicitados possui na conformação da história do país, os movimentos, organizações e mais diversos setores da sociedade, explicitaram em textos belíssimos e profundos toda sua agonia e indignação com o momento e as circunstâncias atuais. Estes tantos e tantos manifestos não expressam, enfim, a locução indolente de um setor social ilustrado, economicamente bem situado, ou de uma vanguarda que dita aos demais, em tom soberbo, o que é que deve ser feito.

Eles são a expressão do povo brasileiro, real e tangível, que representa e se autorrepresenta, com força impassível. Que exprime o mais profundo e republicano

sentimento democrático, capaz de perpassar textos e manifestações de todos os Estados da federação. Capaz de aglutinar vizinhanças e comunidades locais nas periferias de São Paulo, em Vitória da Conquista ou em Manaus; de envolver comerciantes de Fortaleza; de solidarizar auditores da Receita Federal, do Ministério do Trabalho ou trabalhadores do Banco Central; de comover Chefes de Cozinha; de fazer mobilizar torcedores do Fluminense, do Corinthians e de tantas outras nações do Futebol; de atrair grupos de brasileiros que vivem no exterior; de engajar juristas, acadêmicos, lideranças religiosas de variados credos; de ateus e de agnósticos.

Os manifestos expressam, então, a superação dessas clivagens que conformam a experiência social de cada um de nós. São felizes em demonstrar que a luta por direitos, pelo cumprimento mínimo e essencial da nossa Constituição, pela soberania popular é, sim, capaz de nos unir produtivamente em nossa diversidade. Concedem a cada um de nós, brasileiros, esperança de que o devir histórico é favorável, de fato, apesar da catarse distópica de agora, pois as centelhas da democracia foram plantadas e germinam com força. Elas não estão dormentes agora, como não estiveram em junho de 2013, nas Diretas Já, no Comício das Reformas na Central do Brasil. Houve e há projetos de Brasil que ressoam com harmonia no conjunto desses contextos, e que aparece com força agora, uma vez mais agora, com maturidade, força e resiliência próprias. Precisamos continuamente disputar, como fazemos agora, o espaço público, convictos de que não estamos sós.

4 A PLURALIDADE DE ATORES EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Quando considerado o conjunto completo de manifestos mapeados, nota-se um considerável nível de representatividade territorial. Para além dos abaixo-assinados com alcance nacional, assinados por cidadãos localizados em cada uma das unidades da federação, é possível rastrear notas e petições produzidos por grupos de pessoas especificamente circunscritas a domínios territoriais de cada um dos 26 Estados e

do Distrito Federal. Em outras palavras, ainda que estes textos não venham a representar necessariamente um percentual expressivo de cidadãos de uma dada unidade territorial, registra-se que, no mínimo, um manifesto por Estado foi composto por uma ou mais coletividades restritas a essa localidade.

De um ponto de vista categorial, ressalta-se, para além dos elementos discriminados no Quadro 1, a presença, por um lado, de segmentos claramente pertencentes a hierarquias sociais, de classe ou profissionais distintas; por outro, de ordens ou segmentos os quais, abstratamente, poder-se-ia argumentar que defenderiam agendas conflitantes ou competitivas. Merecem citação, a partir de tais perspectivas, manifestos redigidos por:

- Agremiações religiosas que professam fés distintas, como “Padres Paraibanos”, “Evangélicos Potiguaras”, “Budistas e Praticantes Brasileiros”, “Juventude Franciscana”, “Povos de Terreiro”, “Coletivo de Muçulmanos”, “Igreja Presbiteriana Unida”, “Grupo Espírita Consciência Ampliada”, “Católicas pelo Direito de Decidir” e “Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)”, entre outros;
- Artistas que desenvolvem distintas formas de arte e músicos filiados a diversos gêneros, como “Coletivo de Sambistas”, “DJs e Artistas da Noite”, “Coletivo de Poetas Fluminenses”, “Artistas Maranhenses”, “Trabalhadores da Arte e da Cultura da Baixada Santista”, “Artistas Sergipanos”, “Artistas e Intelectuais de São Paulo”, “Personalidades da Cultura pela Democracia”, “Comissão Nacional dos Pontos de Cultura”, “Classe Teatral Carioca”, “Escritoras, Escritores e Artistas”, “Artistas, Coletivos e Pessoas Ligadas à Arte em Curitiba”, “Coletivo da Resistência Cultural Cearense”, “Coletivo de Artistas da Frente Brasil Popular de Juiz de Fora e Zona da Mata”, “Movimento Hip Hop do Brasil” entre outros;
- Grupos específicos de profissionais de rol expressivo de áreas, como psicanalistas, psicólogos, assistentes sociais, economistas, urbanistas, médicos (“Cearenses”, “de Santa Catarina”, “de Mato Grosso”, enfermeiros, terapeutas comunitários, engenheiros

(“do Rio Grande do Sul”, “nacional”, “do Estado de São Paulo”, “da Universidade Federal de Minas Gerais”, “Populares”), jornalistas, profissionais da área de tecnologia da informação, arquitetos, farmacêuticos, educadores, profissionais da área do petróleo, metalúrgicos, químicos, bancários, comerciantes, trabalhadores do ramo financeiro, antropólogos, cientistas políticos, linguistas, internacionalistas, historiadores, sociólogos, filósofos, agrônomos, advogados (compondo manifestos específicos em regiões como Ceará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Campinas, Sergipe, Rio de Janeiro, “da Zona Leste de São Paulo”, Minas Gerais, Mossoró, Bauru, Irecê, Jundiá, Caxias do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal, entre outros);

- Grupos específicos de servidores públicos integrantes de diversas carreiras, como “Trabalhadores da Área de Segurança Pública”, defensores públicos, juizes (compondo manifestos específicos em Estados como Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Santa Catarina, Goiás, Pará, Ceará); integrantes das carreiras da Receita Federal, do Banco Central, Analistas Técnicos de Políticas Sociais, Promotores e Procuradores do Ministério Público, Auditores Fiscais do Trabalho, Servidores da Câmara dos Deputados, Trabalhadores do IBGE, entre outros;
- Cidadãos componentes de minorias de várias modalidades e defensores de diversos direitos difusos, como mulheres (“pela Democracia”, “Camponesas”, “Negras do Distrito Federal e Entorno”, “Feministas”, “brasileiras”, integrantes da “Articulação de Mulheres Brasileiras”, da “União Brasileira de Mulheres”, do “Fórum Permanente das Mulheres de Manaus”), “ambientalistas do Rio Grande do Sul”, movimentos LGBT, “Povos e Comunidades Tradicionais do Sul do Brasil”, “Povos do Campo”, “Entidades do Movimento Negro”, “Movimento nacional dos Catadores de Recicláveis”, “Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça”, “Articulação Nacional de Agroecologia”, “Integrantes da Campanha Permanente contra os

Agrotóxicos”, do “Núcleo da Luta Antimanicomial de Pernambuco”, entre outros;

- Documentos de cidadãos não vinculados a grupos ou setores peculiares e circunscritos a localidades específicas, como Curitiba, Jequié, Taubaté, Taquara, Brasília, Americana, Manaus, Recife, Belém, Jundiá, Ponte Nova, Paraíba. E, no âmbito internacional, são registradas petições de cidadãos habitantes de Montreal, Finlândia, Paris, Holanda, Lisboa, Argentina e Itália;
- Outros grupos não estreitamente ligados à militância política, ou que aí atuam de forma colateral, como o “Sindicato dos Comerciantes de Fortaleza”, “Coletivo Democracia Corinthiana”, “Tricolores pela Democracia”, “Manifesto Slow Food”, “Chefes de Cozinha”, entre outros.

Como se irá apontar na seção a seguir, a heterogeneidade constitutiva desses manifestos não parece ter significado empecilho para a defesa de agendas comuns, integradas e vocacionadas para horizontes similares ou complementares de desenvolvimento. Trata-se de aspecto que poderá inspirar investigações futuras a respeito da viabilidade de se constituir frentes políticas de atuação conjunta, compostas por forças sociais multifacetadas – eventualmente um pré-requisito para a superação coletiva e programática dos dilemas que conformam a realidade política, econômica e, mais amplamente, pública do Brasil contemporâneo.

5 AS QUESTÕES ABORDADAS NOS MANIFESTOS E SEUS ENFOQUES

Em que pese a circunstância de os manifestos terem sido redigidos por segmentos oriundos das mais distintas regiões (em âmbito nacional e internacional), bem como por cidadãos de variadas classes sociais, identidades ou perfis profissionais, registra-se que os textos contêm, de forma geral, um rol considerável de posições e pressupostos em comum. Podem ser assinados, em caráter não-exaustivo, os seguintes:

• **Defesa do estado de direito e da democracia:** De forma próxima à unanimidade, os manifestos se voltam a defender enfaticamente a Constituição Federal de 1988, seus valores e garantias, bem como as legislações infraconstitucionais relacionadas à proteção de direitos sociais e humanos. Propugna-se, igualmente, pelo respeito ao resultado eleitoral do pleito presidencial de 2014. Nesse entendimento, muitos dos manifestos analisados observam a crise política como decorrente da não-aceitação da reeleição de Dilma Rousseff, em um contexto no qual sua vitória ocorrera por pouco mais 3 pontos percentuais (a menor diferença entre dois candidatos, considerando todas as eleições presidenciais feitas desde 1989). Dentro de tal encaminhamento, vários abaixo-assinados voltam-se a criticar a atuação de Eduardo Cunha, então Presidente da Câmara, na medida em que teria, desde o momento em que passou a ocupar esse posto, buscado inviabilizar o governo de Dilma – a partir de expedientes vistos como ilegais, como a repetição de votações no Plenário após a derrota de posicionamentos com os quais concordava e que significavam óbices à gestão petista. Na mesma toada, órgãos de defesa do Estado e o Judiciário – notadamente a figura do Juiz Federal Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato – sofreriam críticas desses segmentos em virtude de posicionamentos vistos como casuísticos, incongruentes ou contraditórios – comportamentos assinalados como parciais o bastante para enfraquecer a crença na isenção das instituições e, liminarmente, da própria República. Em sentido geral, são diversos os manifestos que apontam para a necessidade dos agentes políticos em “ouvirem as ruas”. No entanto, apontam inequivocamente para a Constituição e a legalidade como alicerces básicos, dos quais não se poderia abrir mão, sob a pena de se fazer o país retornar a regimes de exceção. Como exemplos do risco do descumprimento da Carta Magna, apontam para a ocorrência recente de delitos como ataques a igrejas, invasões de sindicatos e atos de violência con-

tra minorias. Nessa lógica, o desrespeito ao texto constitucional abriria precedente para violações legais de toda ordem, dado o precedente admitido no mais alto nível normativo.

- **Oposição ao Impeachment de Dilma Rousseff:** Igualmente, as petições vieram a se posicionar, com maior ou menor ênfase, no sentido de rejeitarem o Impeachment da Presidenta da República, de forma geral por considerarem frágeis os argumentos apresentados pela acusação – relacionados às chamadas “pedaladas fiscais”. Vale registrar que vários textos buscam desconstruir as teses que propugnam pelo Impeachment, seja com base na atuação “vingativa” do Presidente da Câmara, Eduardo Cunha (que teria aceito o processo como retaliação à negativa da bancada do Partido dos Trabalhadores em defendê-lo na Comissão de Ética da Câmara), seja em virtude da ausência de motivos justificados para tanto (falta de responsabilidade ou de responsabilidade objetiva de Dilma, ausência de ilegalidade dos atos realizados em face dos posicionamentos pretéritos adotados pelo Tribunal de Contas da União, ausência de proporcionalidade entre esses atos e o significado do Impeachment etc.).
- **Crítica ao “clima de ódio” nas ruas e no debate público:** há expressiva ênfase por parte dos mais variados manifestos no sentido de que se vive no Brasil o que comumente se denomina como “clima de ódio” – um cenário de polarização político-social no qual defensores de ideologias divergentes parecem não mais conviver com base em mínimos de harmonia e respeito. Há diversos textos que tratam esse contexto em tom de lamento, na medida em que se verifica que, nos espaços públicos, o diálogo estaria sendo trocado pela intolerância, pelo desprezo ao convívio com quem pensa diferente. Em alguns desses documentos, esse ódio é interpretado como decorrente, ao menos em parte, da conquista, por parte de segmentos sociais menos privilegiados, de alguns direitos sociais e do acesso a certos espaços de convivência antes exclusivos de elites econômicas ou políticas – ou, ao menos, das classes médias.

Esse estreitamento da pirâmide social, novidade histórica no desenvolvimento socioeconômico do Brasil, teria resultado em expressivo tensionamento social, na medida em que esses setores mais bem posicionados não estariam dispostos a compartilhar dos bens que, antes, os distinguiam, com aqueles os quais anteriormente estabeleciam relacionamento apenas de chefia ou hierarquia. O ódio seria uma resposta a esse choque. Politicamente, esse ódio se converteria em propostas ligadas ao pensamento fascista, como a perseguição a movimentos sociais e minorias e estratégias de cerceamento do debate – como, de acordo com os manifestos, seria o caso do projeto “Escola sem Partido”.

- **Crítica aos meios de comunicação:** há diversas manifestações que atribuem tanto o supracitado clima de ódio como a crise política vigente aos meios de comunicação tradicionais. A chamada “grande mídia” teria tido papel ativo em estimular a oposição ao governo Dilma Rousseff, sem atuar com o devido equilíbrio na cobertura de sua gestão e sem questionar a atuação ou a biografia de líderes dos segmentos de contestação, como o então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Da mesma forma, jornais e redes de televisão teriam abdicado de discutirem o conteúdo do processo de Impeachment, deixando de cumprir o papel, enquanto detentores de concessões públicas, de veículos de esclarecimento e de fomento ao debate público. Pelo contrário, ao estimularem ativamente a ida às ruas de cidadãos insatisfeitos com o governo Dilma, os meios de comunicação teriam contribuído para a criação do clima de polarização supramencionado.

- **Apresentação de propostas para que o país supere a crise vigente:** são, também, consideráveis os posicionamentos das notas e petições selecionadas no sentido de não apenas denunciarem a situação corrente, mas também de proporem saídas e alternativas para a superação desse quadro – no limite, são apresentadas propostas de desenvolvimento, de nação, voltadas a redirecionar, no longo prazo, a trajetória percorrida pelo Brasil. Desta-

cam-se nesse sentido ideias relacionadas à ampliação da democracia, principalmente a partir de reformas políticas que aproximem representantes e representados, fortaleçam partidos programáticos, ampliem os níveis de participação popular na gestão pública e reduzam a influência do setor privado no Congresso; a regulação dos meios de comunicação, de forma a assegurar a veiculação de uma pluralidade maior de ideias, de assegurar o direito ao contraditório e a não-manipulação das informações jornalísticas.

Também são propostas outras reformas estruturais, como a reforma agrária, de forma a ampliar o acesso à terra; a defesa do meio ambiente, trocando-se o investimento concentrado no agronegócio para soluções sustentáveis; e a ampliação do alcance e da qualidade dos investimentos educacionais, com valorização do ensino público e laico.

- **Preocupação com a corrupção, mas em termos distintos dos defendidos por aqueles favoráveis ao Impeachment:** observa-se em rol considerável de documentos a ênfase dada ao problema da corrupção no Brasil. O que é digno de nota, no âmbito desta análise, é que possivelmente foi a corrupção um dos fatores centrais na determinação da crise política e, mais propriamente, da pressão de grupos em favor do Impeachment de Rousseff – muito embora os escândalos vindos a público a partir da Operação Lava Jato não atingiram, à época, a Presidenta, nem fundamentaram o relatório que deu causa ao processo na Câmara dos Deputados.

A questão, como já enunciada acima, é que os autores das petições concordam com a centralidade da corrupção como um problema público nacional, mas entendem que: 1) os processos de investigação e julgamento precisam ocorrer de acordo com o devido processo legal, em respeito ao contraditório e à ampla defesa; 2) trata-se de um problema sistêmico, não circunscrito a algumas pessoas ou partidos políticos, o que significa que seu efetivo combate não pode prescindir de uma atuação isenta por parte do Judiciário e dos órgãos de defesa do Estado. De outra forma,

as operações policiais tenderiam a significar não mais do que mecanismos de perseguição política. Nesse sentido é que em diversos textos há manifestações críticas a eventos como a condução coercitiva do ex-Presidente Lula para depoimento e o vazamento à imprensa de diálogos entre ele e Dilma Rousseff, gravados ilegalmente em março de 2016. Em outras palavras, apesar da compreensão de que a corrupção constitui, de fato, uma questão importante, não é visto por esses grupos como válida a transgressão da lei em nome de um “bem maior”, isto é, o aumento da eficácia no enfrentamento a esse mal.

• **Questionamentos sobre o governo ilegítimo:** dentre os manifestos redigidos após a assunção da Presidência por Michel Temer, são unânimes as ponderações a respeito da ilegitimidade de seu governo e, particularmente, de decisões por ele tomadas apesar de sua condição de chefe de governo em caráter titubeante, vale dizer, pretensão realizador de reformas profundas sem anteparo democrático crível. Como exemplos nesse sentido podem ser citadas questões como a proposta de reforma trabalhista e previdenciária, o avanço a respeito da redução da maioria penal e da revogação do estatuto do desarmamento, a extinção, em primeiro momento, do Ministério da Cultura, bem como o rebaixamento institucional da Controladoria-Geral da União etc.

De forma talvez surpreendente, são minoritárias as manifestações que se destinaram especificamente a defender o Partido dos Trabalhadores, a então Presidenta Dilma Rousseff ou o ex-Presidente Lula. Com efeito, alguns documentos buscam ressaltar o que percebem como um legado positivo da gestão Lula, ao tempo em que expressam críticas à forma com que a política econômica vinha sendo gerida pela equipe ministerial de Dilma.

Finalmente, mas não menos relevante para os fins analíticos aqui propostos, registre-se que alguns manifestos, em especial aqueles redigidos por grupos minoritários, voltam-se a reconhecer a existência de alguns avanços relevantes em políticas públicas implementadas pelo Governo Federal ao lon-

go dos últimos anos, ainda que vários ressaltem seu caráter limitado e insuficiente. Fundamentalmente, contudo, temem que eventos como o Impeachment possa significar a reversão parcial ou completa desse legado – ou, até mesmo, o retrocesso capaz de botar em xeque os mínimos garantidos pela Constituição de 1988 – de tal forma que, nas petições assinadas por esses grupos (ou por atores internacionais que atuam como partes interessadas dessas agendas), busca-se enfaticamente apontar para esse risco de desconstitucionalização de direitos.

Por sinal, é em face principalmente desse elemento que não apenas estas notas, mas diversas outras, das mais variadas forças sociais, assinalam o processo em curso no Brasil como um “golpe”. No caso, um golpe parlamentar ou jurídico, de cunho distinto daqueles empreendidos por forças militares; mas um golpe justamente pela circunstância de ser realizado para a implementação de agendas não consagradas ou vencedoras nas eleições presidenciais (ou mesmo autorizadas, em tese, pela Constituição), ainda que levado a cabo a partir do cumprimento formal – mas não material – de alguns dos procedimentos técnicos para que venha a acontecer.

De um ponto de vista analítico, chama a atenção, portanto, a preocupação dos autores dos textos em questão de explicar esses desenvolvimentos controversos – e, de seus pontos de vista, consideravelmente danosos não apenas a si mesmos, mas diversas forças sociais – com base em seus repertórios experienciais, suas linguagens e sensibilidades, apropriando-se de um léxico jurídico-político reconhecidamente técnico para expressar suas objeções a esses movimentos em curso, fornecendo riqueza interpretativa própria a tais fenômenos. Eventualmente, tratar-se-ia de um sinal da potencialidade de numerosos integrantes da sociedade civil brasileira em discutir questões de relevo em alto nível – aspecto reconhecidamente relevante para o enriquecimento das esferas públicas.

Parece ser dependente, contudo, da pluralização e da democratização dos canais de veiculação e disseminação de informações para que passasse a ocorrer como em um círculo virtuoso, transcen-

dendo os meios nos quais foram produzidos para atingirem outros contingentes societários. As redes virtuais possibilitam, em parte, tal espraiamento – ao ponto de permitir, como no livro utilizado para este artigo, a reunião de textos produzidos em variadas comunidades por todo o país. Contudo, tendo-se em vista o alcance ainda moderado da Internet no Brasil e o permanente grau de concentração de concessões públicas por parte de alguns grupos empresariais, cogita-se que, factualmente, avanços ainda muito mais decisivos nessa seara far-se-iam necessários.

6 IMPLICAÇÕES E INTERPRETAÇÕES: A PRODUÇÃO DE SENTIDO E O SENTIDO DAS MANIFESTAÇÕES

As mobilizações promovidas por um contingente tão multifacetado de atores se, em parte, não atingiram os fins a que se propuseram, podem ser apreendidas a partir de dois elementos úteis à reflexão sobre o futuro político-institucional do Brasil: a) a força e a consistência da defesa da Constituição Federal, dos direitos humanos e da democracia; b) a capacidade de iniciativa autônoma de grupos de cidadãos não vinculados a órgãos tradicionais de mobilização.

Com relação ao primeiro elemento, sua relevância decorre da capacidade desses segmentos ideologicamente progressistas de reivindicarem o Estado de Direito como uma necessidade, um mínimo ou um ponto de partida básico, inabdicável. A defesa da legalidade, por evidente, não é novidade histórica no Brasil. Pelo menos dois movimentos relevantes de longa data com o mesmo propósito podem ser registrados: a Liga da Defesa da Legalidade, lançada em agosto de 1955 para assegurar a realização de eleições presidenciais diretas naquele ano, em meio à crise política vigente à época após o suicídio de Getúlio Vargas; e a Campanha da Legalidade, voltada a defender a assunção da Presidência

da República por João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961.

A defesa dos marcos legais e das garantias inscritas no texto constitucional e, portanto, não a mera reivindicação de ideais filiados a determinado campo político-ideológico, significaram a estratégia de resistência adotada pelos movimentos de 2016 com relação à ascensão das forças políticas conservadoras.

Nesse sentido, a defesa da ordem legal por parte dos segmentos mais progressistas transferiu aos grupos favoráveis ao Impeachment de Rousseff o ônus da defesa de sua saída com base em argumentos extraleais, como o apelo à vontade popular pelo afastamento da Presidenta e a ideia de que a mudança traria a recuperação econômica do país. A referência a pressupostos mais voláteis como esse viriam, potencialmente, a dificultar a própria defesa do novo governo, conforme seus índices de popularidade diminuíssem ao longo do tempo.

No que se refere ao segundo ponto, ressalta-se a capacidade de organização autônoma dos sujeitos sociais, os quais demonstraram competência em se articularem para além das instituições representativas tradicionais e do próprio Estado. Mais ainda, expressou a capacidade de atores locais, regionais e setoriais em veicularem suas defesas sobre questões públicas de alcance nacional, para além das preocupações que dissessem respeito à sua própria realidade ou aos seus interesses mais corporativos ou imediatos. Viu-se, também, a existência de redes de mobilização intersetoriais, nas quais atores oriundos de *backgrounds* distintos puderam se identificar em causas comuns e, assim, tiveram condições de defendê-las como frentes integradas.

Tais questões podem abrir espaço, ainda que se continue em situação estratégica de resistência, para a constituição de redes políticas mais amplas, capazes de propugnarem pela defesa de projetos de desenvolvimento não circunscritos a uma ou outra agenda, mas sim a uma visão mais densa de sociedade e de nação. Em outras palavras, as mobilizações captadas a partir dos manifestos analisados podem criar contexto para a expansão de canais

de reconhecimento mútuo entre esses diferentes agentes sociais os quais, apesar das particularidades de cada um, comungam por visões próximas sobre como deve ser o Brasil no futuro.

E, na medida em que tais articulações possam avançar, cria-se a possibilidade de que os entendimentos de parte a parte sobre os elementos que devem constituir esse porvir para o país venham a se enriquecer: os nós conectando, por exemplo, as visões dos engenheiros sobre o desenvolvimento da infraestrutura, dos professores sobre as estratégias de educação básica e sobre a função social da universidade, dos jornalistas sobre as formas que se deve dar à comunicação pública, dos médicos sobre as prioridades a serem buscadas na saúde pública, dos operários a respeito das condições de trabalho consideradas minimamente dignas etc., poderão se coadunar em programas políticos axiologicamente coerentes no futuro.

Em suma, a complexidade da situação política do país viu florescer o desenvolvimento e a potencial consolidação de forças de resistência capazes de expandir os canais e as formas vigentes de manifestação de suas visões de mundo e de participação na esfera pública. Vê-se, enfim, que em meio a um cenário político tortuoso – a assunção do poder por um governo a partir de um processo juridicamente controverso, acompanhado de crescentes níveis de impopularidade do Presidente – tem-se um possível fortalecimento da participação popular, para além e para fora do Estado.

Prospectivamente, portanto, os manifestos aparecem como uma oportunidade para a compreensão de uma das formas adotadas de resistência e contestação por parte de expressivos contingentes sociais. Eles expressam uma gramática própria, que permite aos seus autores contar o seu ponto de vista sobre os problemas públicos e de registrar para a posteridade os seus desejos e aspirações – de forma organizada e permitindo claramente a observação dos lugares de fala de seus emissores. Nesse sentido, permitem a compreensão de dimensões e subjetividades não necessariamente captadas a partir da observação de movimentos de rua, daí a riqueza da análise de tais textos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A SOCIEDADE BRASILEIRA NÃO CABE NO PROJETO LIBERAL-CONSERVADOR DE DESENVOLVIMENTO!

Desde a divulgação oficial dos resultados das eleições gerais brasileiras em fins de 2014, anunciando a legítima reeleição da presidenta Dilma Rousseff para seu segundo mandato, teve início uma grande articulação conservadora em torno do objetivo, primeiro, de inviabilizar na prática as ações do governo eleito, e depois, derrubá-lo como consequência do anterior.

Por outro lado, como já amplamente documentado em vários livros recentes que já tratam do golpe de 2016 no Brasil (como por exemplo, dentre outros: VÁRIOS AUTORES, 2016; GENTILI *et al.*, 2016; GUIMARÃES *et al.*, 2016; PRONER *et al.*, 2016; JINKINGS *et al.*, 2016; SOUZA, 2016),

há uma reação pacífica e contundente de personalidades e setores organizados da sociedade e população em geral contra o golpe em curso.

Desta maneira, por tudo o que foi dito antes, o projeto golpista de desenvolvimento, se é que se pode chamar de desenvolvimento o ideário liberal-conservador ora em curso no Brasil, deixa claro que a discussão não é tanto saber se a Constituição de 1988 cabe ou não cabe no orçamento nacional. Muito mais importante a constatar é que a própria sociedade brasileira, em sua heterogeneidade, diversidade, desigualdades, pluralidade e necessidades, enfim, é esta que definitivamente não cabe no projeto golpista.

Em outras palavras, como reduzir a plêiade de manifestações, interesses e necessidades políticas, econômicas, sociais, culturais, raciais, sexuais, etárias, artísticas, religiosas, intelectuais, internacionais etc. de uma nação como a brasileira a um ideário ideológico elitista e excludente? Simplesmente impossível!

Então, a questão não é ajustar e restringir artificialmente toda a grandeza e pujança da sociedade brasileira a leis fiscais e parâmetros orçamentários como se leis e parâmetros fossem imposições da natureza. A questão é justamente buscar os arranjos políticos,

sociais, institucionais capazes de melhor compatibilizar capacidades estatais e societais, instrumentos governamentais e de mercado, no sentido da ampliação democrática da nação – ao invés da sua castração. Para tanto, torna-se imprescindível redefinir o papel do mercado e da acumulação capitalista em suas relações com o Estado e o poder público instituído.

Neste sentido, é necessária uma reflexão que vincule o tema da Administração Pública a um projeto de desenvolvimento e a outra concepção de Estado. Isso é especialmente importante para que a perspectiva de desempenho governamental se volte na direção de certa reativação do Estado para a construção de um projeto de desenvolvimento soberano, inclusivo e democrático. Neste caso, remontar o sistema político nacional e aperfeiçoar as estruturas de planejamento e gestão do Estado são tarefas essenciais para mobilizar capacidades estatais e instrumentos governamentais em prol do projeto político e social acima sugerido, que atenda aos interesses da maioria da população. Este é o cerne de uma reforma contemporânea do Estado e da Administração Pública no Brasil e por onde ela deveria começar.

REFERÊNCIAS

CARDOSO JR, J.C. *et al.* (Org.). **Resistência e contestação**: sociedade brasileira e comunidade internacional contra o golpe. São Paulo: FPA, 2016.

GENTILI, P. (Ed.). **Golpe em Brasil**: genealogia de una farsa. Buenos Aires: CLACSO; Fundación Octubre; UMET (Universidad Metropolitana para la Educación y el Trabajo, 2016.

GUIMARÃES, J. *et al.* (Org.). **Risco e futuro da democracia brasileira**: direito e política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

JINKINGS, I. *et al.* (Org.). **Porque gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

PRONER, C. *et al.* (Org.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. São Paulo: Leya, 2016.

VÁRIOS AUTORES. **Brasil**: golpe de 2016. Madrid: Ediciones Ambulantes, 2016.

Data da submissão: 3 de Fevereiro de 2018
Avaliado em: 13 de Março de 2018 (Avaliador A)
Avaliado em: 25 de Abril de 2018 (Avaliador B)
Aceito em: 26 de Abril de 2018

1 Doutor em Desenvolvimento (com especialização em Economia Social e do Trabalho) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA | DF – E-mail: zcelsojr@gmail.com

2 Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União – CGU.